



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII – GUANAMBI
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ISMAIA SANTOS BARROS
JUSCILENE BRITO CARDOSO

**AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O
TRÂNSITO NA ESCOLA**

Guanambi-BA

2025

ISMAIA SANTOS BARROS
JUSCILENE BRITO CARDOSO

**AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O
TRÂNSITO NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à
Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento
de Educação, *Campus XII* - Guanambi, como exigência
para obtenção do título de Licenciadas em Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. José Aparecido Alves Pereira

Linha de pesquisa: Avaliação, Gestão e Desigualdades
Educativas

Guanambi

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB. Dados fornecidos pelo próprio autor.

C268a

Cardoso, Jusclene Brito

Avaliação das possibilidades e desafios da educação para o trânsito na escola / Jusclene Brito Cardoso, Ismaia Santos Barros. Orientador(a): Prof. Dr José Aparecido Alves Pereira. Pereira. Guanambi, 2025.

63 p : II.

TCC (Graduação - Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia. Guanambi. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Educação para o trânsito . 2.Avaliação . 3.Escola . I Barros, Ismaia Santos . II. Pereira, Prof. Dr José Aparecido Alves . III. Universidade do Estado da Bahia. Guanambi. IV. Título.

CDD: 371

ISMAIA SANTOS BARROS
JUSCILENE BRITO CARDOSO

**AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O
TRÂNSITO NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação, Campus XII - Guanambi, como exigência para obtenção do título de Licenciadas em Pedagogia.
Guanambi, BA ___/___/___

Prof. Dr. Jose Aparecido Alves Pereira (Orientador)- UNEB- DEDC XII

Prof. Dr. Josias Benevides da Silva – UNEB- DEDC XII

Prof^a. Dra. Edilma Cotrim da Silva – UNEB- DEDC XII

Guanambi
2025

Dedico este trabalho, primeiramente, à minha mãe, Maria Aparecida e meus irmãos, Tederaldo e Tatiane, e a Valdete Azevedo, por acreditar e incentivar seguir nessa jornada acadêmica; às minhas amigas e parceiras, Evelyn e Tatiane, que estiveram comigo no decorrer dessa jornada, se tornaram minha base dentro da UNEB as quais irei levar para o resto da vida, à minha querida amiga e companheira de pesquisa, Juscilene, que esteve comigo nessa caminhada e estamos concluindo esse ciclo juntas.

Ismaia

A Deus, autor da minha vida, dedico este trabalho com muita gratidão.

Aos meus pais, Silvani e Plácido (*in memoiam*), por acreditarem em mim, ao meu esposo André, por me incentivar e apoiar sempre, inclusive nesse curso, à minha filha, Fernanda, que sempre torceu por mim, à minha amiga, parceira e colega Ismaia, por ter aceitado o desafio e lutado comigo pela construção desse trabalho. À memória de Carlos Augusto, meu sogro, que desde que o conheci sempre me inspirou a buscar conhecimentos, e que será lembrado com carinho. Ao nosso orientador amigo, José Alves, que nos orientou com toda maestria e paciência e a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização desse trabalho, dedico com muita gratidão.

“A educação é ferramenta fomentadora da interiorização de comportamentos humanos no trânsito”. Pensadora: Irene Aguiar.

Juscilene

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, direcionamos nossa gratidão a Deus, que nos proporcionou vigor, bravura e saúde durante essa jornada repleta de desafios e transformações. Sua presença foi a base que nos sustentou em cada etapa.

A nossa sincera e profunda gratidão se estende ao nosso querido orientador, Professor José Aparecido Alves Pereira. Sua orientação generosa, a paciência demonstrada e a confiança firme em nosso potencial foram fundamentais. A atenção cuidadosa, o apoio constante e o comprometimento ativo foram decisivos para a realização deste trabalho. Agradecemos por estar ao nosso lado, sempre alinhado com ética, respeito e humanidade.

Agradecemos também a todos os educadores do curso de Pedagogia na UNEB – Campus XII. Com uma dedicação admirável, sensibilidade e conhecimentos compartilhados, desempenharam um papel crucial em nossa formação tanto acadêmica quanto pessoal. Cada aula, cada orientação e cada palavra proferida deixaram marcas indeléveis nesta nossa trajetória.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), expressamos nossa gratidão não apenas por abrir as portas ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, mas também por ser um ambiente fundamental de resistência, acolhimento e transformação social.

Aos nossos estimados colegas de turma, com quem dividimos inúmeras noites de estudos, debates enriquecedores, desabafos autênticos, colaborações em grupo e muitas risadas inesquecíveis, deixamos nosso mais sincero apreço. A troca de apoio mútuo e as experiências compartilhadas tornaram nossa jornada mais leve e cheia de significado.

Às nossas famílias e amigos que conseguiram entender nossa falta em inúmeros momentos importantes e nos sustentaram de forma incondicional, mesmo em meio ao cansaço, incertezas e fadiga. Sem o carinho, a empatia e o auxílio de vocês, essa jornada teria sido incomensuravelmente mais desafiadora.

RESUMO

Esta monografia realiza uma avaliação das possibilidades e desafios da educação para o trânsito nas escolas municipais de Guanambi-BA, em conformidade com as proposições do Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O estudo foi motivado pelo crescente número de sinistros de trânsito em Guanambi e pela importância da educação para o trânsito na formação cidadã e na redução desses sinistros, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). A pesquisa buscou responder como a educação para o trânsito é trabalhada nas escolas do município de Guanambi-BA, e como as diretrizes do Artigo 76 do CTB estão presentes nas práticas escolares locais. Os objetivos foram avaliar a aplicação do Artigo 76, conhecer as proposições e práticas sobre o tema nos projetos pedagógicos das escolas, e realizar uma revisão de literatura sobre a educação para o trânsito no Brasil entre 2014 e 2025. A metodologia baseou-se em uma abordagem qualitativa por meio da pesquisa de campo. Para a coleta de dados, foram realizadas levantamento bibliográfico e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada com quatro coordenadores pedagógicos de uma escola da sede do município e três dos Distritos de Mutans, Ceraíma e Morrinhos. Os resultados revelam que, apesar do reconhecimento da importância da educação para o trânsito pelas escolas, sua implementação não se faz presente no Projeto Político Pedagógico (PPP), enfatizando a importância de implementação de políticas educacionais e a oferta de formação continuada para os educadores, e o fortalecimento de parcerias com órgãos especializados como DETRAN, CIRETRAN e Superintendência Municipal de Trânsito. O estudo apontou a necessidade de inserção desse tema nos projetos políticos pedagógicos, como também na formação desses profissionais de educação, além de parcerias com entidades e órgãos de trânsito, com objetivo de construção de projetos que visem conhecer o código de trânsito brasileiro e desenvolver práticas de forma estruturada para serem trabalhadas em salas de aula, promovendo, assim, uma educação voltada para o trânsito.

Palavras-chave: Educação para o Trânsito. Avaliação. Escola.

ABSTRACT

This monograph assesses the possibilities and challenges of traffic education in the municipal schools of Guanambi, state of Bahia, in accordance with the provisions of Article 76 of the Brazilian Traffic Code (CTB). The study was motivated by the growing number of traffic accidents in Guanambi and the importance of traffic education in civic development and in reducing these accidents, as established by the National Plan to Reduce Traffic Deaths and Injuries (PNATRANS). The research sought to answer how traffic education is implemented in schools in the municipality of Guanambi, state of Bahia, and how the guidelines of Article 76 of the CTB are present in local school practices. The objectives were to evaluate the application of Article 76, to understand the proposals and practices on the topic in the schools' pedagogical projects, and to conduct a literature review on traffic education in Brazil between 2014 and 2025. The methodology was based on a qualitative approach through field research. Data collection involved a literature review and semi-structured interviews. Fieldwork was conducted with four pedagogical coordinators from a school in the city and three from the districts of Mutans, Ceraíma, and Morrinhos. The results reveal that, despite schools recognizing the importance of traffic education, its implementation is not included in the Political Pedagogical Project (PPP). This project emphasizes the importance of implementing educational policies and providing continuing education for educators, as well as strengthening partnerships with specialized agencies such as DETRAN, CIRETRAN, and the Municipal Traffic Superintendence. The study highlighted the need to include this topic in political pedagogical projects, as well as in the training of these education professionals, in addition to partnerships with traffic organizations and agencies. The goal is to develop projects that promote understanding of the Brazilian traffic code and develop structured practices for classroom use, thus promoting traffic-focused education.

Keywords: Traffic Education. Assessment. School.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SMTRANS	Superintendência Municipal de Trânsito
PNATRANS	Plano Nacional de Mortes e Lesões no Trânsito
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
SENATRANS	Secretaria Nacional de Trânsito
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
EAD	Educação a Distância
FIP	Faculdade Integrada Padrão
BMCG	Base Municipal Curricular de Guanambi
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ONG	Organização Não Governamental
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
PPP	Projeto Político Pedagógico
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFPR	Universidade Federal do Paraná
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento na Plataforma IBICT	17
Quadro 2 – A escola desenvolve ações educativas voltadas à educação para o trânsito? Quais?	41
Quadro 3 – Como a temática do trânsito aparece no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?	43
Quadro 4 – De que forma os professores são orientados ou formados para tratar do tema em sala de aula?	45
Quadro 5 – Existe algum planejamento sistematizado para trabalhar o tema trânsito ao longo do ano letivo?	47
Quadro 6 – Quais os principais desafios enfrentados para implementar ou manter ações educativas sobre o trânsito na escola?	49
Quadro 7 – Que sugestões você daria para fortalecer a educação para o trânsito no contexto escolar?	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PERCURSO METODOLÓGICO	14
2.1	BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA	15
3	REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1	PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEGURANÇA VIÁRIA	18
3.2	MATERIAIS DIDÁTICOS E SUAS POTENCIALIDADES.....	18
3.3	LETRAMENTO CRÍTICO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	19
3.4	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO COMO FORMAÇÃO CIDADÃ	19
3.4	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM GRANDES EVENTOS.....	20
4	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS	22
4.1	EDUCAÇÃO FORMAL: PRESSUPOSTOS E LEGISLAÇÃO	22
4.2	EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: PRESSUPOSTOS E LEGISLAÇÃO	25
4.3	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: DA LEGISLAÇÃO AO CAMPO PEDAGÓGICO.....	26
4.4	CURRÍCULO: CONCEITO E PROPOSIÇÕES NA ESCOLA.....	29
4.5	EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO COMO TEMA INTERDISCIPLINAR E TRANSVERSAL	33
4.6	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR).....	34
4.7	BASE MUNICIPAL CURRICULAR DE GUANAMBI.....	36
4.8	AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI	38
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
5.1	A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: O QUE PROPÕE A LEI E O QUE FAZ A ESCOLA	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICES	58
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO COM COORDENADORES PEDAGÓGICOS	58
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	62

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca avaliar a ocorrência da educação para o trânsito nas escolas e suas distâncias e aproximações das proposições do Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro na realidade das escolas municipais de Guanambi-Bahia. O interesse surgiu a partir de uma experiência de estágio não formal no curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, a partir do desenvolvimento de um projeto de intervenção em 2023, com o tema: “Educar para o trânsito é preservar a vida”, que resultou na confecção e divulgação de materiais educativos.

A educação para trânsito representa um dos maiores desafios enfrentados pelos governos em todas as esferas, no âmbito federal, estadual e municipal, que buscam assegurar condições adequadas para a cidadania. Em Guanambi, nos últimos anos foi crescente os números de sinistros de trânsito a cada ano, segundo dados da Superintendência Municipal de Trânsito (SMTRAN, 2024).

Diante da crescente preocupação com a segurança viária, e em uma tentativa do governo federal de reduzir os índices de mortalidade e lesões no trânsito, foi instituído, em 2018, o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Penatrans), que acrescentou o Art. 326-A ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Nesse contexto, o Penatrans estabelece como meta, no prazo de dez anos, a redução de, no mínimo, 50% do índice nacional de mortes no trânsito, considerando-se os diferentes grupos de veículos e faixas populacionais. Para alcançar tal objetivo, não apenas os órgãos responsáveis pela gestão do trânsito em suas respectivas esferas têm um papel fundamental, mas também a população em geral. Cidadãos de todo o território nacional são convidados a participar ativamente de debates e ações que visem à diminuição desses sinistros, conforme orienta o CTB e a agenda regulatória da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), envolvendo, inclusive, diferentes setores da sociedade (Brasil, 1997).

Ademais, conforme disposto no Art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, a educação para o trânsito deve ser promovida de forma contínua, desde a educação infantil até o ensino superior. Essa diretriz deve ser executada por meio de planejamento e ações sistematizadas, articuladas entre os órgãos e entidades dos sistemas de ensino e os responsáveis pela educação para o trânsito, dentro de suas respectivas competências. Observando esse cenário, percebemos a importância de se pôr em prática o disposto no Artigo 76 do CTB, pois a mudança

ocorrerá de forma positiva quando a educação se fizer presente. Assim, contribuirá positivamente para a formação dos estudantes da educação básica, em especial, e a sociedade de modo geral.

Neste sentido, levantamos duas questões orientadoras para direcionar este estudo: a) Como a educação para o trânsito está presente nas escolas do município de Guanambi-BA? b) Como as proposições do Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro estão presentes nas práticas das escolas municipais de Guanambi-BA?

O objetivo geral foi analisar as distâncias e aproximações das proposições do Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro na realidade das escolas municipais de Guanambi-Bahia. Os objetivos específicos foram: avaliar a aplicação do artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro nas escolas municipais de Guanambi-BA; conhecer as proposições e práticas da educação para o trânsito nos projetos pedagógicos das escolas municipais de Guanambi-BA; e fazer uma revisão de literatura sobre os trabalhos publicados sobre a educação para o trânsito no Brasil no período de 2014-2024.

Este estudo está organizado em seis seções, além das referências. Na primeira seção, a introdução, apresentamos o tema, a justificativa, a delimitação do objeto de estudo, trazemos o problema de pesquisa, e expomos a questão central que orienta a investigação e os objetivos, sendo subdividida em objetivo geral e objetivos específicos, que norteiam o percurso do trabalho. Em seguida, a segunda seção apresenta ao percurso metodológico, no qual são descritos os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa. Esta seção também inclui uma subseção dedicada a um breve contexto histórico do município de Guanambi-BA, local onde o estudo se insere.

A terceira seção é dedicada à revisão de literatura, abordando contribuições recentes e relevantes sobre o tema. Essa parte é subdividida em cinco subseções: “Práticas educativas em segurança viária”; “Materiais didáticos e suas potencialidades”; “Letramento crítico e educação para o trânsito” e “Avaliação das ações educativas em grandes eventos”.

A quarta seção está organizada em oito subseções: “Educação formal: pressupostos e legislação”; “Educação não formal: pressupostos e legislação”; “Educação para o trânsito: da legislação ao campo pedagógico”; “Currículo: conceito e proposições na escola”; “Educação para o trânsito como tema interdisciplinar e transversal”; “Educação para o trânsito na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”; “Base Municipal Curricular de Guanambi”; e “Avaliação da educação para o trânsito em escolas públicas de Guanambi”. A quinta seção traz a análise e

discussão dos resultados, seguida da subseção: “A educação para o trânsito: o que propõe a lei e o que faz a escola”, com base nos dados levantados e nas interpretações fundamentadas teoricamente. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, nas quais se retomam os objetivos e os principais achados da pesquisa, além de apontar possíveis contribuições e encaminhamentos futuros.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia do presente trabalho se baseia nos pressupostos da pesquisa qualitativa por meio da pesquisa de campo, que busca analisar a realidade a partir dos processos sociais e a forma subjetiva de estabelecidos aspectos associados à temática. Minayo (2010, p. 57) “define o método qualitativo como aquele que se dedica ao estudo de aspectos como história, relações, representações, crenças, percepções e opiniões, que são interpretações humanas sobre suas vivências”. Este método, através de seu embasamento teórico, permite revelar processos sociais pouco conhecidos em grupos específicos, além de possibilitar a construção de novas abordagens e a revisão e criação de novos conceitos ao longo da investigação.

Inicialmente foi feita uma pesquisa de cunho exploratório, iniciando com levantamento bibliográfico para embasar a discussão ao longo do trabalho e identificar possíveis lacunas para estudos posteriores. O universo deste estudo foram quatro escolas do Ensino Fundamental do município de Guanambi-BA. A amostra foi composta por quatro coordenadoras pedagógicas atuantes nestas instituições, sendo uma em cada escola. Como critério de seleção, optamos por quatro instituições de porte médio localizadas: uma na sede e três nos Distritos de Mutãs, Ceraíma e Morrinhos, e seus respectivos coordenadores pedagógicos que concederam uma entrevista a partir de questões semiestruturadas no inverno de 2025. Ao longo deste processo foram cumpridos os preceitos éticos com assinatura do termo de autorização das co-participantes, neste caso a secretária de educação e as diretoras escolares, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Outros instrumentos e coleta de dados foram utilizados, pesquisa bibliográfica e análise do Projeto Político Pedagógico e diário de campo. De acordo com Cellard (2008, p. 303), a análise documental consiste em “[...] reunir todas as partes elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”. O autor esclarece que esse processo é dividido em duas etapas: uma análise preliminar e uma análise detalhada.

No campo ético, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNEB, sob o número 7.565.303, assim respeitando todos os procedimentos que orientam as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As escolas e os coordenadores serão tratados por meio de pseudônimos. As escolas foram denominadas de Paulo Freire, com a coordenadora Hortênsia;

Dermeval Saviani, coordenadora Rosa; Anísio Teixeira, coordenadora Margarida; e Maria Montessori, coordenadora Jasmim.

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA

Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em 1870, a povoação do atual território de Guanambi, localizado no sudoeste baiano, iniciou-se nas margens do rio Carnaíba de Dentro, com a doação de parte da fazenda Carnaíba por Joaquim Dias Guimarães para a criação de uma freguesia dedicada a Santo Antônio, subordinada à paróquia de Monte Alto. A primeira igreja foi construída no local, então chamado de Beija-Flor. A população da freguesia cresceu, composta inicialmente por famílias como as de João Pereira da Costa e José Pereira da Silva Castro, que desenvolveram a agricultura e a pecuária na região.

A cidade de Guanambi se encontra a 796 quilômetros da capital do estado, Salvador. O município é subdividido em três distritos: Ceraíma, Morrinhos e Mutãs, tendo uma área territorial total de 1.272,367 km², e possuindo uma população estimada em 87.817 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2022. A economia do município se pauta, principalmente, no comércio e serviços, mas desenvolve em menor escala a agricultura e a pecuária.

Em relação à educação, segundo a Base Municipal Curricular de Guanambi (BMCG) (Guanambi, 2020), o município tem se destacado como um centro educacional, oferecendo desde educação básica até uma variedade de cursos superiores em instituições públicas e privadas. Nos últimos anos, várias instituições de ensino superior se estabeleceram na cidade, incluindo a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), que disponibilizam cursos de graduação e pós-graduação, e um Pólo de Educação à Distância (EaD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Além disso, a educação superior em Guanambi também engloba o setor privado, tanto ensino à distância quanto presencial, com destaque para o Centro Universitário da Faculdade de Guanambi (UniFG) e a Faculdades Integradas Padrão (FIP Guanambi), que oferecem cursos em várias áreas, incluindo Medicina. Esse crescimento educacional tem ajudado na formação de professores e no desenvolvimento do sistema educacional local.

Além disso, Guanambi possui o maior número de matrículas na educação básica no Território Sertão Produtivo, com 18.023 estudantes. As melhorias na educação, juntamente com

avanços na saúde e no crescimento econômico, têm elevado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – (IDHM) do município, embora ainda existam desafios a serem superados (Guanambi, 2020).

Figura 1 – Mapa da Bahia com a localização em destaque do município de Guanambi



Fonte: Wikipédia (2025).

Guanambi ocupa importante posição geográfica na região sudoeste do estado, cortada pela BR 122 e 030. Esta posição a torna polo comercial e de serviços, principalmente saúde e educação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O presente levantamento bibliográfico foi elaborado com base em uma seleção criteriosa em fontes acadêmicas reconhecidas, extraídas da base acadêmica: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), gerida pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). A seleção dos estudos seguiu critérios previamente definidos, utilizando descritores específicos que garantissem a relevância e o alinhamento ao tema da pesquisa, buscando publicações que tratassem da educação para o trânsito nas escolas, com ênfase com foco na segurança viária e formação cidadã no contexto escolar. Também delimitamos um recorte temporal de 10 anos, no período de 2014 a 2024 analisando produções acadêmicas recentes, a fim de assegurar a atualização teórica e metodológica.

Esse procedimento garantiu a fundamentação teórica necessária para a elaboração da revisão de literatura, permitindo uma análise crítica e contextualizada das políticas, metodologias e desafios enfrentados.

Para a busca, foram utilizados descritores específicos, tais como “educação para o trânsito”, “metodologias pedagógicas” e “currículo escolar”. A combinação desses termos permitiu a identificação de trabalhos apresentados em encontros e congressos nacionais, totalizando aproximadamente 07 publicações relevantes. A seguir, apresentamos o Quadro 1, resumo das referências selecionadas, com destaque para seus objetivos, métodos e principais contribuições.

Quadro 1 – Mapeamento na Plataforma IBICT

Autor(es)	Ano	Objetivo	Metodologia	Principais Contribuições
Almeida, A.	2019	Analisar práticas educativas em segurança viária.	Estudo de campo com entrevistas.	Estratégias participativas (oficinas, debates) aumentam engajamento e efetividade no aprendizado das normas de trânsito.
Barbosa, R.	2015	Avaliar jogos educativos como metodologia ativa.	Pesquisa experimental.	Jogos aumentam interesse, retenção de conteúdo e internalização das regras de trânsito.
Gama, A	2020	Discutir letramento crítico e produção textual no trânsito.	Revisão bibliográfica.	Importância do pensamento crítico para educação no trânsito.
Lima, R.T.	2016	Analisar materiais didáticos escolares sobre trânsito.	Análise documental.	Aponta lacunas e potencialidades nos materiais escolares.

Simonelli, P.	2019	Educação para o trânsito como formação cidadã.	Revisão teórica.	Ressalta a dimensão cidadã da educação para o trânsito.
Schneider, M.	2020	Contribuições da educação para segurança no trânsito.	Estudo qualitativo	Perspectiva humano-cidadã na educação para o trânsito.
Sacramento, E.	2023	Contribuições educativas para o trânsito em eventos nacionais.	Estudo documental.	Avaliação das ações educativas em grandes eventos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

3.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEGURANÇA VIÁRIA

Almeida (2019) destaca que as práticas educativas em segurança viária devem ser contextualizadas e dialogar com a realidade dos alunos, para que gerem maior engajamento e efetividade. Por meio de estudo de campo realizado em municípios paulistas, o autor identificou que estratégias participativas, como oficinas e debates, potencializam a aprendizagem e a apropriação dos conceitos de segurança.

Barbosa (2015) complementa essa perspectiva, apontando os jogos educativos como ferramentas que promovem a metodologia ativa no ensino do trânsito. A pesquisa experimental desenvolvida mostrou que, ao utilizar jogos, os alunos apresentaram maior interesse e retenção dos conteúdos, favorecendo a internalização das regras de trânsito.

3.2 MATERIAIS DIDÁTICOS E SUAS POTENCIALIDADES

O estudo desenvolvido por Lima (2016) realizou uma análise documental de diversos materiais didáticos escolares voltados para a educação no trânsito. Eles identificaram que, embora haja uma quantidade razoável de recursos disponíveis, muitos apresentam lacunas importantes, como a falta de contextualização local e o pouco estímulo ao pensamento crítico dos alunos. Os autores sugerem que os materiais deveriam ser mais interativos e adaptados às realidades culturais dos estudantes para que a aprendizagem seja mais significativa.

Além disso, a pesquisa aponta que os conteúdos frequentemente focam apenas nas regras de trânsito, sem abordar a dimensão social e cidadã do tema. Isso limita o potencial educativo, pois

reduz a educação para o trânsito a uma mera memorização de normas, sem fomentar a reflexão sobre comportamentos, responsabilidades e direitos.

3.3 LETRAMENTO CRÍTICO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Sobre letramento crítico, Gama (2020) destaca sua importância no ensino do trânsito, entendendo-o como a capacidade dos alunos de interpretar, analisar e questionar as informações e práticas relacionadas ao trânsito em sua vida cotidiana. Segundo a autora, a produção textual e outras atividades que incentivam o pensamento crítico são essenciais para formar cidadãos conscientes e capazes de agir de forma responsável.

Nesse sentido, o letramento crítico ultrapassa a instrução tradicional, promovendo uma educação que conecta o conhecimento às experiências sociais dos estudantes. Essa abordagem contribui para que os alunos compreendam o trânsito não só como um conjunto de regras, mas como um espaço de convivência e cidadania, onde suas ações impactam a segurança e o bem-estar coletivo.

3.4 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO COMO FORMAÇÃO CIDADÃ

O estudo de Simonelli (2019) propõe que a educação para o trânsito seja entendida como um processo integral de formação cidadã, que vai além do ensino das regras e sinalizações, buscando promover valores éticos, atitudes responsáveis e competências sociais. Segundo a autora, essa abordagem visa preparar os indivíduos para atuarem de forma consciente no espaço público, reconhecendo seus direitos e deveres e respeitando a diversidade de atores que compartilham o trânsito.

A formação cidadã no trânsito implica o desenvolvimento da empatia, da solidariedade e do senso de responsabilidade coletiva, valores essenciais para a convivência harmoniosa e segura. Simonelli (2019) destaca que a educação deve estimular a reflexão crítica acerca das consequências das ações individuais, como a imprudência e o desrespeito às normas, que podem acarretar acidentes e prejuízos à vida.

Além disso, a autora enfatiza que a educação para o trânsito deve ser contextualizada, considerando as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades. Isso significa

que as práticas pedagógicas precisam dialogar com a realidade dos estudantes, valorizando seus saberes e incentivando sua participação ativa na construção de uma cultura de segurança viária.

Essa perspectiva cidadã também requer a articulação entre diferentes setores da sociedade, incluindo escolas, famílias, órgãos públicos e organizações civis, a fim de criar um ambiente favorável à educação e à transformação social. A participação comunitária fortalece o compromisso coletivo com o trânsito seguro e contribui para a sustentabilidade das ações educativas.

3.4 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM GRANDES EVENTOS

Sacramento (2023) desenvolveu uma análise documental aprofundada sobre as ações educativas para o trânsito realizadas durante eventos nacionais de grande porte, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Brasil. Esses eventos, que atraem grande público e geram intensa movimentação urbana, são considerados oportunidades estratégicas para promover campanhas de conscientização e mobilizar diferentes segmentos da população.

A pesquisa identificou que as ações educativas nesses contextos são diversificadas, abrangendo desde campanhas midiáticas e distribuição de materiais informativos até atividades educativas em escolas e comunidades. Essas iniciativas buscam sensibilizar motoristas, pedestres e ciclistas sobre a importância do respeito às normas e da adoção de comportamentos seguros.

Entretanto, Sacramento (2023) ressalta que, apesar do alcance das campanhas, existem desafios significativos na avaliação do impacto real dessas ações. A mensuração dos efeitos sobre o comportamento dos cidadãos é complexa, pois envolve variáveis diversas, como a duração das ações, a continuidade das campanhas e o contexto sociocultural local.

Outro ponto destacado é a necessidade de garantir a continuidade das ações educativas após o término dos eventos, evitando que o esforço se restrinja a um momento pontual. A sustentabilidade das iniciativas depende da articulação entre órgãos públicos, escolas, entidades da sociedade civil e a comunidade em geral, para que a educação para o trânsito se torne uma prática permanente.

Sacramento (2023) também sugere que o uso de tecnologias digitais e plataformas interativas pode potencializar o engajamento do público, especialmente dos jovens, ampliando o alcance e a eficácia das campanhas. A integração dessas ferramentas com metodologias participativas pode tornar a educação mais dinâmica e contextualizada.

Por fim, a revisão da literatura evidencia que a educação para o trânsito, quando orientada por uma perspectiva cidadã e crítica, tem um papel fundamental na formação de indivíduos conscientes, responsáveis e capazes de atuar de forma segura e ética no espaço público. Os materiais didáticos disponíveis, embora numerosos, ainda carecem de maior contextualização e estímulo ao pensamento crítico, o que limita seu potencial educativo.

Além disso, a educação para o trânsito deve ser entendida como um processo integrado e contínuo de formação cidadã, que envolve valores, atitudes e competências sociais, fortalecendo a convivência pacífica e a solidariedade entre todos os usuários das vias. A articulação entre escolas, famílias, órgãos públicos e a comunidade é imprescindível para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações educativas.

4 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

Esta seção se aprofunda nos fundamentos que sustentam a educação para o trânsito, desvendando seus aspectos teóricos, políticos e pedagógicos. Inicialmente, exploraremos a Educação Formal, detalhando seus pressupostos e a legislação que a embasa, bem como a Educação Não-Formal, compreendendo suas características e o papel na formação cidadã. Em seguida, analisaremos a interligação entre a legislação e o campo pedagógico da educação para o trânsito, abordando como as normas se traduzem em práticas.

A discussão prosseguirá com o conceito de currículo e suas proposições na escola, seguido pela análise da Educação do Trânsito como tema interdisciplinar e transversal, evidenciando sua importância para uma formação completa. Abordaremos também as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e Base Municipal Curricular de Guanambi (BMCG) (Guanambi, 2020) sobre o tema, compreendendo como elas orientam a prática pedagógica. Por fim, será dedicada atenção à Avaliação da Educação para o Trânsito em Escolas Públicas de Guanambi, discutindo a relevância de um processo avaliativo que vá além da mensuração e promova a reflexão contínua.

4.1 EDUCAÇÃO FORMAL: PRESSUPOSTOS E LEGISLAÇÃO

A educação é um processo humano de desenvolvimento na base da formação da sociedade. Neste sentido, a Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Artigo 205, apresenta que “[a] educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É essencial, nesse processo de preparação social na vida do aluno, a sua passagem pela instituição escolar, pois seu desenvolvimento integral necessita alinhar teoria e vivência, com vistas a formar esse cidadão no desenvolvimento crítico e participativo, o preparando para essa vivência em sociedade.

A educação formal é compreendida e caracterizada por apresentar espaços apropriados para a obtenção de conhecimento, assim podendo definir a educação formal como a escola. A educação formal é “[...] aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse

sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal” (Libâneo, 2010, p. 88). A educação formal é caracterizada por ser um processo estruturado, intencional e sistemático, distinto das modalidades informal e não formal por ocorrer em espaços institucionalizados com objetivos pedagógicos claramente definidos. Nesse contexto, a escola se configura como um ambiente legitimado para a organização e a transmissão do conhecimento, mediado por profissionais qualificados e orientado por diretrizes curriculares estabelecidas.

Essa sistematização permite que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva de forma progressiva, contínua e passível de avaliação, favorecendo a aquisição de saberes de maneira eficaz. Assim, a educação formal se consolida como instrumento estratégico na abordagem de temas de interesse público, como a educação para o trânsito, objeto deste estudo, a qual deve ser inserida de forma planejada no currículo escolar, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro e como orienta a BNCC.

Tal inserção contribui para a construção de uma cultura de responsabilidade, cidadania e segurança viária. A educação é um processo contínuo de desenvolvimento humano que não se limita a um período específico. A escola serve como um espaço formal onde se constrói constantemente a pessoa, despertando conhecimentos, habilidades e a capacidade de discernimento e ação (Vasconcellos, 1992). Assim, a escola tem o importante papel de reunir as ações de ensinar e aprender, promovendo o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos envolvidos, além de buscar a integração individual e social com elementos do cotidiano, como diz Filipouski (2002).

A educação formal é organizada com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996), que diz:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O Artigo 1º destaca a amplitude da educação, que vai além da escola e abrange todos os espaços de convivência e formação humana, família, cultura, trabalho e sociedade. O §1º delimita que a Lei trata especificamente da educação escolar, diferenciando-a de outras formas de aprendizagem. Já o §2º reforça que a escola não deve estar isolada da realidade: ela deve se conectar

com o mundo do trabalho e a “prática social”, preparando o estudante para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. Nesse sentido, a educação para o trânsito, enquanto uma prática social, é um conteúdo básico na formação do cidadão.

Brandão (1993, p. 7) também destaca que “[...] ninguém está isento da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de uma maneira ou de outra, todos nós temos partes da vida influenciadas por ela [...]”. Nesse sentido, é possível reconhecer que a educação se dá em todos os espaços da vida social. Constitui como uma ação que atua de modo a construir os sujeitos tendo em vista a sua realidade e contexto, bem como a formação de sua consciência para atuar na sociedade. A escola, nesse sentido, deve atuar na perspectiva de formação integral dos estudantes. Essa formação integral perpassa pelo equilíbrio na convivência e na resolução de conflitos que surgem nas diversas relações sociais. E aqui, especificamente em relação à educação para o trânsito, os conflitos são frequentes gerados pela “correria” do cotidiano urbano¹.

Nesse ínterim, Gadotti (2005) afirma que toda educação possui um caráter formal, uma vez que é intencional, mas os cenários onde ela ocorre podem variar. No ambiente escolar, a educação é caracterizada por formalidade, regularidade e sequencialidade. Em contrapartida, a educação que ocorre em outros espaços representa a educação não-formal, marcada por descontinuidade, eventualidade e informalidade.

Portanto, compreende-se que a educação formal, enquanto instância formadora das pessoas para viverem sua cidadania, precisa articular os saberes e as práticas pedagógicas no sentido de potencializar os saberes e garantir possibilidades da construção de uma consciência crítica e reflexiva, de tal maneira que os estudantes percebam o compromisso para consigo mesmos, para os outros e para o mundo. Por outro lado, a educação não formal também tem seu papel na formação do cidadão, como veremos na subseção seguinte.

¹ Cf. RIBEIRO, Geraldo. Conflitos no trânsito fazem cada vez mais vítimas; especialistas apontam medidas para reduzir a agressividade. RJ: **O Globo**, 13 de julho de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/13/conflitos-no-transito-fazem-cada-vez-mais-vitimas-especialistas-apontam-medidas-para-reduzir-a-agressividade.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2025.

4.2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: PRESSUPOSTOS E LEGISLAÇÃO

A educação não-formal pode ser definida como “[...] toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (La Belle, 1982, apud Gadotti, 2005, p. 2).

Essa modalidade educativa possibilita o desenvolvimento da aprendizagem política sobre direitos e deveres dos cidadãos, a capacitação para o trabalho, a organização comunitária voltada à solução de problemas coletivos cotidianos, bem como a construção de uma leitura crítica do mundo a partir da realidade vivida pelos sujeitos.

Nesse sentido, a educação não deve ser limitada ao ensino formal, realizado nas escolas. A educação não-formal abrange espaços extraescolares e ocorre em diversos contextos, como em organizações sociais, movimentos, programas de formação sobre direitos humanos e cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais, centros de atividades de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e programas de inclusão social, especialmente nas áreas de Artes, Educação e Cultura. Pode, portanto, ser aprendida no “mundo da vida”, por meio do compartilhamento de experiências e ações. Uma dessas experiências em relação ao trânsito, é vista nas escolas não-formais de preparação para o exame de habilitação para condução de automóvel. É um importante passo para a educação para o trânsito, no entanto, não pode limitar-se somente a este momento nas autoescolas. A educação acontece nos vários espaços sociais, por isto não pode limitar-se ao espaço formal.

Conforme afirma Brandão (1993, p. 64):

[...] a educação está presente em casa, na rua, na igreja, nas mídias em geral e todos nós nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar e para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias. [...]. Não há uma única forma nem um único lugar em que ela acontece; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é o seu único praticante.

Assim, compreendemos que as práticas educativas podem ocorrer em qualquer lugar, não se restringindo à escola e tampouco exigindo que o educador seja necessariamente um professor, embora esse seja um campo de atuação do pedagogo. A educação não-formal pode ser realizada por meio de diferentes métodos e formatos, com base na vivência e na reprodução da experiência, e a metodologia deve se adaptar à cultura do povo a que se destina. Essa abordagem permite tratar

inúmeras temáticas, inclusive a educação para o trânsito, pois contribui significativamente para a formação de cidadãos livres, conscientes de seus direitos e deveres em relação ao outro.

Gadotti (2005) destaca que a educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Por isso, ela não possui um tempo predeterminado para se encerrar, como ocorre na escola formal, tampouco segue um currículo rígido. Em vez disso, seus objetivos são definidos a partir das necessidades específicas do grupo ou comunidade atendida. Avalia-se constantemente se esses objetivos estão sendo alcançados, respeitando as diferenças, individualidades e o tempo de cada participante, promovendo, assim, um processo formativo mais satisfatório e voltado à vida em coletividade.

Ademais, a educação não-formal, conforme aponta Gadotti (2005), não deve ser entendida em oposição à educação formal, mas sim em complementaridade a ela, pois “[...] a educação não-formal pode dar uma grande contribuição à educação pública, mas não pode substituí-la”. Nesse sentido, muitos conteúdos ensinados na escola podem ser retomados em espaços não-escolares, com maior profundidade, tempo ampliado e abordagem de temas essenciais que, muitas vezes, não são contemplados no currículo formal, mas que são fundamentais para a formação cidadã, como é o caso da educação para o trânsito, que discorreremos a seguir.

4.3 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: DA LEGISLAÇÃO AO CAMPO PEDAGÓGICO

A educação para o trânsito na escola se desenvolve por meio de reflexões sobre a necessidade do respeito às leis e sinalização do trânsito no sentido de evitar acidentes ao dirigir carros, motos, bicicletas e outros veículos de locomoção. Mudar a cultura de um povo é um processo que envolve tempo, e a segurança no trânsito é mais um fator que contribui com a cidadania. A “[...] inclusão do tema no currículo das escolas em todos os níveis com aulas teóricas e práticas, aperfeiçoamento do processo de formação dos novos condutores [...]” (Ferraz et al., 2012, p. 28).

Conforme destaca Silva (2023), a inclusão da educação para o trânsito nas escolas brasileiras vai além de adicionar um tema ao currículo; trata-se de formar cidadãos e prevenir acidentes, tanto no ambiente escolar, quanto fora dele. A legislação brasileira destaca a relevância desse tema em relação aos direitos dos cidadãos e à promoção do bem-estar social.

Por meio da educação, se desenvolve práticas pedagógicas intencionais. Partindo desse pressuposto, analisa-se as intenções da Lei nº 9.503, que é o Código de Trânsito Brasileiro, que em seu Artigo 76 do Capítulo VII estabelece normas a serem alcançadas através dessas práticas:

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação. Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do 2º CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

- I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023) (Brasil, 1997).

Quando se fala em trânsito, há uma interpretação simplista de que se trata somente de sinalizações. De acordo com Silva (2017), fluxo de pedestres e veículos parece algo simples, mas diante do que estamos vivendo em nossa sociedade e como a desorganização do trânsito pode causar tantos prejuízos, ele é de fato um sistema do qual necessitamos diariamente como condutores e pedestres. É necessário estarmos conscientes do nosso papel no trânsito quanto a melhorar nossos comportamentos e ações, todavia, esse processo é administrado por normas e regras.

Segundo Silva (2017, p. 25)

Educação para o Trânsito tem com um dos objetivos principais o despertar uma nova consciência em relação ao trânsito, que priorize o companheirismo, a cooperação, a tolerância, o comprometimento e a solidariedade, em substituição à competição, ao individualismo e ao exibicionismo. Essa educação deve estar baseada na prática de valores, habilidades e autoestima, onde o valor da vida seja o foco primordial. Com o envolvimento da família também, deve-se buscar alcançar este objetivo.

A educação é o ato de educar, de instruir, é polidez, disciplinamento. No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são

transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se formando através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida (Silva, 2017). Dessa forma, a educação para o trânsito pode ser vivenciada no cotidiano de cada indivíduo todos os dias, pois, no trânsito, o ato de dar a preferência, ser paciente, respeitar os direitos, como vagas destinadas a idosos, deficientes, por exemplo, além de usar a empatia com usuários que estão “apressados” fazem desses condutores indivíduos educados e disciplinados.

Precisa-se compreender a dimensão conceitual do tema trânsito a fim de que não cometa o erro de pensar que trabalhar com trânsito significa ensinar placas de sinalização ou elaborar parques temáticos de trânsito que eventualmente o aluno utiliza como recreação. Para ser significativa a educação para o trânsito na escola deve ser concebida como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (Chiarato, 2000, p. 52).

A dimensão conceitual desse tema é amplo, pois abrange a circulação de pedestres, ciclistas e veículos em vias terrestres, todos usando os mesmos espaços, para ensinar um conceito tão importante como esse faz-se necessário que a instituição escolar desenvolva uma didática apropriada no sentido de instruir os educandos não só a decifrar signos das placas de sinalização, mas adentrar as políticas públicas de como, por exemplo, adquirir a carteira nacional de habilitação (CNH) na idade certa, que é a partir dos 18 anos. Esse documento atesta a capacidade de o cidadão conduzir um veículo, além disso, o processo para a retirada da CNH ensina como transportar pessoas, animais, substâncias e objetos de forma mais segura, velocidades permitidas nas vias, os impactos negativos do excesso de velocidade, e alerta sobre o uso indevido de álcool e substâncias psicoativas em pessoas na direção de veículos. Enfim, uma gama de informações necessárias na vida dessas crianças, hoje pedestres, ciclistas, skatistas, patinadores e passageiros, mas futuros condutores que precisam conhecer e praticar essas regras para que haja uma real mudança, com um trânsito mais seguro e incluso.

Educar para o trânsito significa focar na preservação da vida e na melhoria da convivência social, promovendo o respeito, o caráter, a dignidade e a responsabilidade. Isso resulta em indivíduos mais sociáveis no trânsito. Portanto, a tarefa é ensinar para um trânsito mais civilizado e seguro (Martins, 2007).

Em relação aos crimes de trânsito, estes são tratados dos Art. 302 a 312 do CTB: além da proibição do direito de dirigir, multas e até detenção em regime aberto ou exposto defende-se, portanto, que o melhor caminho para minimizar tais práticas infratoras é a inserção da educação para o trânsito no currículo educacional desde o início da educação básica perpassando por todas as etapas até atingir a maior idade, e prosseguir para as demais etapas da educação superior.

Enquanto o currículo nesses moldes não for criado, busca-se alternativas como o vigente Penatrans (Brasil, 2023), que estabelece uma década, de 2018 a 2028, para alcançar a meta de redução de no mínimo 50% do índice nacional de mortes e lesões no trânsito. Segundo o Penatrans (2023), esta meta é pautada em seis pilares fundamentais: gestão da segurança no trânsito; vias seguras; segurança veicular; educação para o trânsito; atendimento às vítimas; normatização e fiscalização.

A avaliação do alcance da meta se dará através de reuniões periódicas entre atores-chaves, parcerias, formação de grupos de trabalho e viabilização de financiamento, adequação da classificação viária e dos limites de velocidade à recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), avanço das discussões e na normatização no Brasil de tecnologias na produção de veículos e aprimoramento dos itens de segurança veicular, ações de educação para o trânsito com resultados de impacto para curto e médio prazo, estratégias gerais de segurança viária entre socorristas, agentes de trânsito e hospitais, discussão e normatização de temas sensíveis sobre segurança viária com a sociedade civil e órgãos legislativos, como o excesso de velocidade e o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas.

4.4 CURRÍCULO: CONCEITO E PROPOSIÇÕES NA ESCOLA

O currículo é um documento fundamental na organização do trabalho pedagógico, pois estabelece os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação que orientarão o processo educativo. Para ser efetivo e significativo, o currículo precisa estar em sintonia com a realidade local, atender à diversidade presente na escola e estar alinhado tanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) quanto à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo Sacristán (2013, p. 3), o conceito de currículo remonta aos primórdios da educação formal, estando diretamente relacionado à seleção e à organização dos conhecimentos que serão ensinados. Para o autor:

O conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar. Em termos modernos, poderíamos dizer que, com essa invenção unificadora, pode-se, em primeiro lugar, evitar a arbitrariedade na escolha do que será ensinado em cada situação, enquanto, em segundo lugar, se orienta, modela e limita a autonomia dos professores. Essa polivalência se mantém nos nossos dias.

Essa visão destaca o caráter organizador, mas também controlador do currículo, revelando como ele pode tanto garantir a qualidade quanto limitar a autonomia docente.

Ao longo das últimas décadas, o conceito de currículo na educação brasileira evoluiu significativamente. Saiu de uma concepção tradicional, focada em listas de conteúdos, para uma abordagem mais crítica, reflexiva e socialmente comprometida. Hoje, o currículo é entendido como uma construção histórica, política e cultural, atravessada por interesses, escolhas e disputas de poder.

Entre os principais pensadores brasileiros que contribuíram para essa mudança, destaca-se Paulo Freire (1996). Embora Freire não tenha formulado uma teoria curricular específica, suas ideias influenciaram profundamente a compreensão contemporânea do currículo. Para ele, a educação precisa partir da realidade dos alunos, estabelecendo um diálogo libertador. O currículo, sob essa ótica, deve valorizar os saberes populares e promover uma reflexão crítica, rompendo com uma educação bancária, que apenas deposita conteúdos, e reconhecendo o papel ativo dos alunos na construção do conhecimento.

Seguindo esse mesmo caminho, José Carlos Libâneo (2004) defende um currículo voltado à formação integral, que promova o desenvolvimento intelectual, ético, artístico e social dos estudantes. Ele destaca que o currículo deve estar conectado à realidade social dos alunos, incentivando o pensamento crítico e a participação cidadã. Além disso, enfatiza o papel do professor como mediador, capaz de adaptar o currículo às particularidades de cada contexto escolar.

Saviani (2003), com sua pedagogia histórico-crítica, reforça que o currículo deve garantir o acesso aos conhecimentos científicos e culturais acumulados historicamente. Para ele, o currículo

é um instrumento de superação das desigualdades sociais e deve estar comprometido com a transformação da realidade. Assim, os conteúdos curriculares devem dialogar com as lutas sociais e com as necessidades das camadas populares.

Silva (1999) traz uma leitura pós-crítica, entendendo o currículo como uma prática cultural, influenciada por discursos, identidades e relações de poder. Para o autor, o currículo não é neutro; ao contrário, é fruto de decisões ideológicas que determinam quais conhecimentos são valorizados e quais são excluídos. Ainda, Silva (1999) defende que é preciso questionar constantemente o que se ensina, para quem e com quais objetivos, reconhecendo o currículo como espaço de construção de subjetividades.

Outro olhar importante é o de Gomes (2012), que aborda a relação entre currículo e diversidade, com foco nas relações étnico-raciais. Ela ressalta a importância de um currículo inclusivo, que valorize a história e a cultura afro-brasileira, indígena e de outros grupos historicamente marginalizados. Para a autora, o currículo deve enfrentar o racismo, promover a igualdade e abraçar a diversidade como princípio fundamental da educação.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que o currículo vai muito além de um simples rol de conteúdo. Ele é uma prática social, política e cultural que precisa considerar as vivências dos alunos, respeitar a diversidade e ser um agente de transformação social. A discussão sobre o currículo, portanto, está diretamente vinculada à concepção de educação que se deseja: democrática, crítica, participativa e inclusiva.

O conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar. Em termos modernos, poderíamos dizer que, com essa invenção unificadora, pode-se, em primeiro lugar, evitar a arbitrariedade na escolha do que será ensinado em cada situação, enquanto, em segundo lugar, se orienta, modela e limita a autonomia dos professores. Essa polivalência se mantém nos nossos dias.

Assim, uma educação para o trânsito pensada a longo prazo, pode ser eficiente para diminuir o alto índice de acidentalidade com crianças e adolescentes, nessa visão, educação para o trânsito não deve ser tratada apenas com campanhas esporádicas, mas deve ser intensificada no currículo escolar ou em disciplinas extracurriculares (Sacristán, 2013, p.13).

Documento que estabelece conteúdos, metodologias e formas de avaliação, o currículo precisa ir ao encontro com a realidade local, assistir a diversidade para incluí-la, esse documento também demanda alinhamento com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Projeto Político Pedagógico é um documento que toda a instituição escolar precisa ter acesso, não só para ser um documento de gaveta, mas para de fato ser consultado, verificado, analisando, assim, se as ações que estão sendo desenvolvidas estão alcançando o que foi proposto por este documento, caso contrário é preciso uma mudança de rota, no intuito de se perseguir os objetivos proposto por ele. Conforme Vasconcellos (2004, p. 169):

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Assim sendo, faz-se necessário que a construção do PPP seja feito de forma coletiva, envolvendo alunos, assistentes, comunidade, equipe pedagógica, administrativa, financeira e família, todos num só objetivo, de traçar coletivamente metas para melhoria da ação educativa. Segundo Libâneo (2004, p. 198):

Um Projeto “pedagógico curricular” precisa conter: contextualização e caracterização da escola; concepção de educação e de práticas escolares; diagnóstico da situação atual; objetivos gerais; estrutura de organização e gestão; proposta curricular; proposta de formação continuada de professores; proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica e por fim, as formas de avaliação do projeto.

Então, como se estrutura um projeto político pedagógico, e por quê se chama assim? Bem, é um projeto porque se constitui de planos e metas a serem desenvolvidas por um determinado período de tempo. É político porque leva em conta que a escola é uma instituição que exerce influência sobre os alunos, educando para serem sujeitos críticos/reflexivos numa formação cidadã que, portanto, farão mudanças positivas e significativas na sociedade. E, por fim, é pedagógico, pois possui preceitos, conceitos da escola como: o modelo de educação que se pretende oferecer desejando um crescimento integral desses sujeitos. Sendo assim, o projeto político pedagógico de

uma instituição escolar é, em suma, o que se pretende desenvolver naquela instituição, em um determinado período e usando estratégias previamente construídas por essa comunidade, visando o desenvolvimento dos educandos para uma consciência cidadã.

4.5 EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO COMO TEMA INTERDISCIPLINAR E TRANSVERSAL

O objetivo da interdisciplinaridade é promover, de forma mais abrangente possível, um debate sobre determinado assunto em diferentes disciplinas, uma forma de transpor a fragmentação do conhecimento, culminando numa forma de pensar crítica e criativa, analisada em diversas formas, pesquisados em vários pontos de vista.

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas (Brasil, 1997, p. 31).

Já a transversalidade trata-se da necessidade de assuntos relevantes para o viver em sociedade serem abordados em várias disciplinas, culminando em uma abordagem mais ampla por diversas disciplinas, no intuito de ampliar o conhecimento sobre diferentes temas.

Relacionado ao tema trânsito, por exemplo é um assunto que, na disciplina de matemática, pode ser abordado para estudar sobre o número de veículo de um determinado local, o número de sinistros de trânsito em dados estatísticos; já na disciplina de física pode ser tratado da força que ocorre entre o atrito do pneu no asfalto em uma frenagem, a distância percorrida de um determinado veículo por hora; a disciplina de informática pode tratar de como ficar informado antes de sair de casa sobre pontos alagados e interditados ao longo do seu percurso, como a tecnologia opera em radares e controladores de velocidade, dentro outros; e, ainda, a disciplina de sociologia pode buscar compreender o comportamento humano de um condutor em uma via congestionada quando este se encontra atrasado para um determinado compromisso e ainda a relação dessa situação com a questão da obediência às regras de circulação.

A inserção do ensino para o trânsito como tema transversal nas escolas básicas responde a uma demanda social necessária e é orientada por demandas legais, pedagógicas e ideológicas. De

acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), a transversalidade pretende quebrar a fragmentação dos conteúdos escolares, de forma que um conteúdo dialogue com várias temáticas do conhecimento social indispensável: trânsito, ética, saúde e meio ambiente.

A transversalidade na educação se refere à transmissão de temas por vários componentes curriculares, ajudando a criar uma formação mais completa e marcante para o estudante. Essa ideia quebra a separação do saber, ajudando adquirir conhecimentos e estimulando um aprendizado ligado à realidade social, ambiental e cultural.

“Uma forma de organizar o trabalho didático onde alguns temas fazem parte das esferas convencionais e presentes em quase todos” (Torres, 2016, p. 29). Dessa forma, a educação para o trânsito deixa de ser abordada como um tema à parte e passa a ser incluída no currículo de maneira transversal, funcionando como um elemento de articulação entre os diversos componentes curriculares, o que auxilia na construção de uma formação cidadã crítica e reflexiva, essencial para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com segurança, ética e educação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), os temas transversais são muito importantes para a formação da cidadania e precisam estar no dia a dia da escola, não como matérias sozinhas, mas como assuntos que se conectam, passando por todas as áreas do conhecimento. Dentre esses temas, a educação para o trânsito merece destaque, considerada fundamental para formar atitudes responsáveis nos relacionamentos sociais.

A interdisciplinaridade e a transversalidade são propostas que criticam a fragmentação do saber nas disciplinas tradicionais. A interdisciplinaridade propõe a integração entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem que considere suas inter-relações. Já a transversalidade busca articular saberes escolares e extraescolares, relacionando o aprendizado com a realidade. Ambas defendem uma visão mais ampla e integrada do conhecimento.

4.6 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que orienta a criação dos currículos da Educação Básica no Brasil, traçando caminhos para a educação completa dos estudantes. Dentro desse contexto, a educação para o trânsito aparece com muita relevância,

mostrando a necessidade de formar cidadãos conscientes, críticos e que saibam o que fazer no espaço público.

A BNCC enfatiza a formação de pessoas que ajam com “autonomia, responsabilidade e protagonismo” (Brasil, 2018, p. 10), o que está diretamente ligado à educação para o trânsito. Essa ideia tenta desenvolver valores como respeito, empatia e responsabilidade, que são de suma importância para uma boa convivência nas ruas. Ao falar da competência geral número 10, a BNCC mostra que os alunos precisam conseguir “fazer escolhas baseadas em ética, inclusão, sustentabilidade e solidariedade” (Brasil, 2018, p. 10). A educação no trânsito, então, não se trata apenas de um aparato técnico, mas da formação de uma consciência crítica do papel de cada um na sociedade.

Ademais, a BNCC sugere que a educação viária seja abordada de forma interdisciplinar, mesclando distintas áreas do conhecimento. Essa abordagem é chave, pois ajuda os alunos a entenderem a complexidade do trânsito, sob variados ângulos. Por exemplo, aulas de Ciências poderiam discutir a segurança nas vias, com base em princípios físicos; ao passo que, em Educação Física, poderiam ser implementadas atividades práticas, como simulações de situações no trânsito. Essa conexão entre as matérias facilita um aprendizado mais rico e conectado, como Perrenoud (2000) destaca, sublinhando a relevância de uma educação que vai além do saber isolado.

A BNCC aponta, ainda, que as escolas precisam incluir educação no trânsito em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), frisando que “[...] os PPPs deverão refletir a identidade e os princípios da escola” (Brasil, 2018, p. 16). Isso sugere que as escolas devem formular estratégias e atividades que englobem esse tema no dia a dia escolar, estimulando um ambiente que preza pela segurança e respeito às regras de convivência.

Neste cenário, a lapidação de valores e atitudes é um elemento chave na educação viária. A BNCC sublinha que “a edificação de valores e o amoldamento de atitudes são vitais na convivência social” (Brasil, 2018, p. 14). Com a educação para o trânsito, os estudantes são instigados a ponderar criticamente a relevância de obedecer às normas de trânsito e à segurança conjunta, formando uma consciência moral que transcende a escola.

A BNCC realça que a educação para o trânsito precisa abranger exercícios práticos que estimulem a análise crítica dos alunos sobre seus comportamentos e impactos no trânsito. Essa abordagem prática é imprescindível para que os alunos consigam vivenciar e apreender as ideias

debatidas em sala, como Freire (1996) postula sobre a educação como processo de conscientização crítica.

Em resumo, a BNCC reconhece a educação para o trânsito como um elemento crucial na formação dos estudantes, incentivando uma abordagem que mescla saberes, valores e competências essenciais para viver de maneira responsável e segura na sociedade. A aplicação efetiva dessa educação nos currículos escolares representa um desafio considerável, com potencial de gerar um impacto benéfico na formação de cidadãos mais conscientes e envolvidos com a segurança viária, dessa forma, contribuindo para edificar um ambiente urbano mais tranquilo e harmônico.

4.7 BASE MUNICIPAL CURRICULAR DE GUANAMBI

A Educação para o Trânsito é reconhecida no arcabouço legal e educacional brasileiro como uma atividade educativa de caráter permanente e interdisciplinar. Sua presença nas escolas é amparada por legislações nacionais, como o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) (Brasil, 1997), e por documentos programáticos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e, no contexto local, a Base Curricular Municipal de Guanambi (BMCG) (Guanambi, 2020).

A Base Municipal Curricular de Guanambi (Guanambi, 2020) representa um marco importante para a organização programática do Município, uma vez que foi elaborada coletivamente, com a participação de professores, gestores municipais e instituições formadoras, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus XII). O documento se fundamenta nos princípios da educação inclusiva, democrática e socialmente relevante, em consonância com as diretrizes da BNCC, mas levando em consideração as especificidades culturais, sociais e econômicas do território de Guanambi.

Segundo a Base Municipal Curricular de Guanambi (Guanambi, 2020) a educação para o trânsito é classificada como um dos temas transversais contemporâneos, o que significa que deve ser abordada de forma interdisciplinar e transversal, abrangendo todas as áreas do conhecimento e etapas da educação básica.

De acordo com o documento:

Além de ser importante para a formação dos educandos, a educação para o trânsito é também uma exigência da legislação, como a Lei 9.503/1997 e a Base

Nacional Comum Curricular, que trata a Educação para o Trânsito como um dos temas contemporâneos a ser trabalhado no currículo escolar. O texto da Base Municipal Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Guanambi orienta as instituições escolares, por meio da (re)construção de seus Projetos Político-Pedagógicos, a trabalharem com a Educação para o Trânsito, de forma transversal, como propõe a BNCC. Além disso, é importante incluir a temática nas pautas de formação (Guanambi, 2020, p. 48).

Estas orientações estão alinhadas com o estabelecido no Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro, que determina a obrigatoriedade da instrução sobre trânsito nas escolas, em todas as etapas de ensino. Ao adotá-las, a BMCG reforça a função social da escola na formação de cidadãos conscientes, éticos e dedicados à segurança viária, em conformidade com o Artigo 76 do CTB (Brasil, 1997), e propõe sua integração aos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das instituições educacionais.

Além disso, a BMCG dá ênfase à necessidade de treinamento continuado para os professores, assegurando que a formação seja contextualizada e promova a participação ativa dos alunos. Ademais, o documento municipal propõe que a educação para o trânsito seja incluída nos PPPs das escolas, que visam não apenas informar, mas também promover a consciência crítica sobre a mobilidade urbana, a convivência em espaços públicos e o valor da vida.

A formação continuada para educação do trânsito é um elemento chave nos currículos educacionais brasileiros, algo que é ressaltado na Base Municipal Curricular de Guanambi. Este documento, fruto de um trabalho junto e que se interliga à Base Nacional Comum Curricular, coloca a Formação para o Trânsito como um tema transversal, mostrando sua natureza interdisciplinar e permanente.

É possível afirmar que BMCG não apenas cumpre uma exigência legal ao incluir a Educação para o Trânsito, mas vai além, ao conceber o currículo como um instrumento de transformação social. A valorização das especificidades locais, juntamente com o compromisso da formação integral dos estudantes, demonstra uma proposta pedagógica que tenta juntar teoria, prática escolar e cidadania. A BMCG assume papel central no guiar as ações pedagógicas das escolas de Guanambi, reafirmando a Educação para Trânsito como temática indispensável para construir uma sociedade mais segura, justa e democrática.

4.8 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE GUANAMBI

A avaliação da aprendizagem é um componente essencial do processo educativo, pois permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar as práticas pedagógicas. Na perspectiva da educação para o trânsito, considerado um tema transversal e contemporâneo, torna-se ainda mais relevante adotar uma abordagem avaliativa que vá além da mensuração de resultados imediatos. Avaliar, nesse contexto, é promover uma reflexão contínua sobre atitudes, valores e conhecimentos que influenciam diretamente a convivência social e a preservação da vida.

As diretrizes legais da educação brasileira estabelecem que a avaliação deve priorizar critérios qualitativos, contínuos e acumulativos, valorizando o progresso do estudante ao longo do tempo em vez de se restringir a provas finais. Essa orientação favorece a compreensão do estudante como sujeito em constante desenvolvimento, permitindo que a avaliação se configure como prática formativa, voltada ao acompanhamento e à melhoria do processo de aprendizagem.

Segundo a LDB (Brasil, 1996), a avaliação do rendimento escolar deve seguir os seguintes critérios: deve ser contínua e acumulativa, priorizando os aspectos qualitativos do desempenho do aluno em vez dos quantitativos e valorizando mais os resultados obtidos ao longo do período do que os das provas finais. Assim, a avaliação formativa é considerada, pela maioria dos pesquisadores, como a mais completa, por abranger de forma mais ampla todo o processo formativo (Villas Boas, 2008).

Essa abordagem amplia a função tradicional da avaliação, ao transformá-la em um instrumento de acompanhamento contínuo da aprendizagem. Ao fornecer subsídios para o redirecionamento das práticas pedagógicas, a avaliação formativa fortalece o vínculo entre ensino e aprendizagem, contribuindo para uma educação mais equitativa e significativa.

Assim, essa avaliação possibilita, de forma contínua, a análise do crescimento gradual do estudante. Dessa forma, a avaliação formativa trata-se de uma avaliação emancipatória, dialógica e mediadora. Já a avaliação classificatória, segundo Vasconcellos (1998), tem a função exclusiva de aprovar ou desaprovar. O autor ainda aponta que a avaliação da aprendizagem é uma questão de grande importância e relevância no campo educacional, gerando significativas discussões na área. Ela contribui para diversos fatores e pode impactar os resultados de uma escola, podendo interferir

no seu bom funcionamento e causar conflitos dentro das instituições de ensino se não for utilizada de maneira adequada.

Segundo a BNCC (Brasil, 2018), o tema de educação para o trânsito é contemporâneo e deve ser trabalhado no currículo escolar. A BNCC orienta os estabelecimentos de ensino, através da revisão dos seus projetos políticos pedagógicos (PPP), a empenhar-se em discutir esse tema de forma transversal, além de ressaltar a importância de se discutir a temática nas pautas de formação dos profissionais da área educacional. Para Pinto e Cunha (2013, p.5)

As orientações propostas partem do pressuposto de que a violência no trânsito só vai diminuir quando cada pessoa mudar o seu comportamento e suas atitudes. Acreditamos que o trabalho sistematizado que a escola realiza, por meio do ensino-aprendizagem com conteúdos organizados em seu currículo, contribui com a mudança de atitudes e a formação de cidadãos que respeitem as leis de trânsito e a vida, pois, como aponta o documento, 'a questão educação para o trânsito não deve ser trabalhada só em época de campanhas à prevenção a violência, mais sim em qualquer disciplina dentro de sala de aula todos os dias, pois envolvem direitos e deveres do ser humano para que eles se tornem pessoas mais consciente, respeitando uns aos outros.

Para Luckesi (2011, p. 14), a prática avaliativa eficaz requer a elaboração de um planejamento minucioso das ações a serem realizadas, pois “avaliar a aprendizagem é muito mais do que um ato técnico isolado de verificar a qualidade dos resultados obtidos”.

Do ponto de vista de Luckesi (1999), a avaliação, ao acompanhar e orientar a prática docente, auxilia na tomada de decisões. Nesse sentido, a gestão da aprendizagem é vista como um processo que organiza, estrutura e direciona o aprendizado. Assim, a avaliação contribui de duas maneiras: acompanhando o processo de ensino e, mais importante, auxiliando na tomada de decisões com base nos resultados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise e discussão dos dados coletados por meio de entrevistas com coordenadoras pedagógicas de escolas municipais de Guanambi-BA. O objetivo é promover uma análise comparativa entre as proposições legais e curriculares, notadamente o Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a realidade vivenciada nas escolas. Serão examinadas as percepções e práticas das instituições em relação à educação para o trânsito, identificando as possibilidades de sua implementação e os desafios que se interpõem a essa ação educativa.

5.1 A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: O QUE PROPÕE A LEI E O QUE FAZ A ESCOLA

A produção do conhecimento para construção desta pesquisa foi realizada por meio de entrevistas junto a quatro coordenadoras em quatro escolas municipais da rede pública de Guanambi- BA. O objetivo deste estudo foi compreender as possibilidades e desafios da educação para o trânsito no contexto escolar, conhecendo as ações que são desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental I e Educação Infantil com base na legislação brasileira e seu Projeto Político Pedagógico.

As coordenadoras pedagógicas que atuam nas escolas públicas do município de Guanambi-BA apresentam perfis diversos quanto à trajetória pessoal e profissional, porém compartilham aspectos comuns no que se refere à formação acadêmica e ao comprometimento com a função que exercem. Todas possuem formação superior em Pedagogia, evidenciando a consolidação de uma base formativa sólida voltada à atuação no campo da gestão educacional.

A coordenadora da Escola Municipal Paulo Freire é natural de Guanambi, onde reside há 48 anos. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, ela é casada, de confissão religiosa católica, possui habilitação para condução de veículos e atua na função de coordenação pedagógica há um ano e seis meses.

A coordenação da Escola Municipal Anísio Teixeira é exercida por uma profissional igualmente graduada em Pedagogia pela UNEB, Campus XII. Casada e sem filiação religiosa

declarada, a referida coordenadora reside no município vizinho de Candiba e desempenha a função há dois anos.

A coordenadora da Escola Municipal Dermeval Saviani possui dupla graduação em Pedagogia e Letras, ambas cursadas na UNEB, Campus VI. É casada, católica e residente no município de Caetité, estando no exercício da função há dois anos e seis meses.

Por fim, a coordenadora pedagógica da Escola Municipal Maria Montessorri possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Minas Gerais. De confissão católica, casada e residente em Guanambi, atua na coordenação da referida unidade escolar há dois anos.

A análise dos perfis revela que, embora exista diversidade quanto à origem geográfica e aspectos pessoais das profissionais, há um atendimento da legislação, conforme o Artigo 64 da LDB nº 9394/96, pois todas são pedagogas. Essa realidade aponta para a valorização da qualificação profissional como requisito fundamental para o exercício da função e para o fortalecimento da gestão educacional nas diferentes localidades do município.

As questões-chave do instrumento de coleta de dados foram categorizadas, possibilitando uma comparação das percepções e práticas das instituições em estudo.

Quadro 2 – A escola desenvolve ações educativas voltadas à educação para o trânsito? Quais?

Ações Educativas Voltadas à Educação para o Trânsito		
Escolas/ Coord.	Ações	Justificativas
Hortênsia	Sim	As ações estão embutidas na parte diversificada e são realizadas pelos professores, principalmente no Fundamental I. Utilizam um projeto de trânsito em uma praça local para atividades práticas fora da escola.
Rosa	Não	É uma escola de Educação Infantil com foco nos campos de experiência e interesses das crianças. A temática do trânsito não é priorizada, mas há a percepção de que “não está tão fora assim” da realidade do campo.
Jasmim	Ações pontuais	As ações são pontuais e desenvolvidas pelos professores dentro do currículo, contemplando conteúdos de forma direcionada. Percebem a necessidade de uma “ação efetiva” devido ao alto fluxo de estudantes e acidentes no distrito, mas ainda não há algo focado.
Margarida	Não	Não (apesar de ser tema transversal) A escola não desenvolve ações ou projetos grandes, embora o trânsito seja um “tema transversal” ou “contemporâneo” presente nos livros didáticos. A sobrecarga de outros temas transversais é apontada como um impeditivo.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A pesquisa desvendou uma variedade de métodos para ações educativas focadas na educação de trânsito. A Escola Municipal Paulo Freire apresenta uma ação mais robusta, incorporando o tema em sua “parte diversificada” e na prática do Ensino Fundamental, com ênfase na implementação de um projeto externo em uma praça de trânsito local.

Em contrapartida, a Escola Municipal Dermeval Saviani e a Escola Municipal Maria Montessori, em conjunto com a Escola Municipal Anísio Teixeira, exibem uma estratégia menos estruturada. A Escola Municipal Dermeval Saviani justifica a ausência de ações específicas pelo fato de atenderem a um público infantil, o que justifica o seu foco nos campos de experiência, embora a educação para o trânsito possa ser trabalhada também neste nível. No entanto a coordenadora Rosa reconheceu que o assunto “não é tão distante” de sua realidade, e sugeriu a possibilidade de reinterpretar a importância do trânsito em contextos não urbanos, desafiando uma visão limitada de sua aplicação.

A Escola Municipal Maria Montessori descreve atividades relacionadas a outros temas presentes no currículo, contudo, a coordenadora Jasmim admite a necessidade de uma “ação eficaz” devido ao elevado número de acidentes no distrito. Esta perspectiva enfatiza a urgência de uma educação para o trânsito que vá além do casual, destacando a realidade social como um catalisador para a demanda por educação no trânsito.

Em contrapartida, a Escola Municipal Anísio Teixeira vê a sobrecarga de “temas transversais” (como meio ambiente e questões étnico-raciais) como um entrave estrutural que impede a criação de projetos voltado para educação do trânsito, mesmo reconhecendo-o como um tópico contemporâneo presente nos livros didáticos. Esta descoberta ressoa com debates acadêmicos acerca do desafio de implementar a transversalidade curricular quando diversos temas disputam espaço e recursos (Lima, 2016).

A percepção das coordenadoras, em certo ponto, destoa do que prega a BNCC (Brasil, 2017, p. 21) em relação à possibilidade de transversalidade do assunto quanto à seção sobre o Pacto interfederativo que diz que

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes

(Lei nº 8.069/1990)², educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997)³, preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/1999), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento.

Assim, a temática da educação para o trânsito é orientada para compor os currículos das escolas brasileiras pelos rincões do país. Mas os depoimentos das coordenadoras mostraram que é uma temática importantes no cenário escolar, porém, enfrentam dificuldades para colocá-lo em prática, mesmo como tema transversal. A temática trânsito nos Projetos Políticos Pedagógicos dessas escolas não aparece explicitamente, mas timidamente em um deles como possível tema transversal, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Como a temática do trânsito aparece no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?

Presença da Temática do Trânsito no Projeto Político Pedagógico (PPP)		
Escolas	Presença no PPP	Observações
Hortênsia	A entrevistada ainda não teve acesso ao PPP para responder a essa pergunta.	Indica possível falta de familiaridade com o documento ou recente mudança na coordenação que impede o acesso imediato à informação.
Rosa	A temática do trânsito "não aparece" no PPP.	Sugere que o tema não está formalmente inserido no planejamento pedagógico da escola, o que pode dificultar a sua abordagem sistemática.
Jasmim	Não aparece explicitamente no PPP, sendo "subentendida dentro dos temas transversais e como outros temas além".	Embora o tema possa ser abordado indiretamente, a falta de explicitação no PPP pode levar à sua diluição e à ausência de um planejamento mais focado e aprofundado.
Margarida	A temática "não aparece, sinceramente" no PPP da escola, atribuindo isso à vasta quantidade de temas a serem abordados e à falta de cobrança específica por parte da secretaria de educação para o tema trânsito.	Reflete um desafio comum de muitas instituições: a sobrecarga curricular e a ausência de diretrizes claras ou incentivos para a inclusão formal de certos temas, mesmo que importantes, no planejamento central da escola.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A ausência ou a inclusão indireta da temática do trânsito no Projeto Político Pedagógico (PPP) parece um desafio. A coordenadora da Escola Municipal Paulo Freire, em sua fala, não

²BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

³BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

conseguiu confirmar a presença do tema no PPP, indicando, no mínimo, uma falta de familiaridade com o documento, mesmo exercendo a função de coordenadora, e também a função de gestora da instituição. Já nas escolas Dermeval Saviani e Maria Montessori, o tema “não aparece” ou é “subentendido” nos temas transversais. Na escola Anísio Teixeira, a coordenadora Margarida é enfática ao afirmar que o trânsito “não aparece, sinceramente” no PPP, atribuindo a lacuna à vasta quantidade de temas e à “falta de cobrança específica” da secretaria de educação.

A defesa não é por uma disciplina regular de Educação para o Trânsito, mas que o tema seja tratado de forma transversal como propõe a BNCC (Brasil, 2018). Biaggio e Kohlberg (2002, p. 87-88) afirmam que “[...] um grande avanço que a formação seja feita não com base em uma disciplina estanque, mas permeando todas as disciplinas do currículo, tornando todos os professores responsáveis pela formação”. Isso mostra a necessidade do envolvimento de todas as disciplinas no tratamento do trânsito como um tema transversal que perpassa o trabalho de todos os profissionais por meio de textos, filmes, documentários, viagens de campo, semana do trânsito, pinturas, e muitas outras ações dentro da alçada de cada profissional. No entanto, a garantia deste trabalho carece de registro no Projeto Político Pedagógico da escola.

O Projeto Político Pedagógico tem seu marco legal no Artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, a partir do princípio do ensino público na gestão democrática. A LDB nº 9394/96 traz, no seu Artigo 12, que “[...] os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996). Neste sentido, a inserção da temática trânsito nos PPPs perpassa pelo desejo da coletividade que democraticamente constrói sua proposta. Mas se as questões que envolvem a educação para o trânsito não forem sensíveis à maioria, o tema não fará parte nem ao menos dos temas transversais, como orienta a BNCC (Brasil, 2018).

Na compreensão de Veiga (2013, p. 12-13),

[o] projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Esta passagem mostra que o papel da equipe escolar no pensar e fazer as ações transversais é também o de construir a identidade da escola. Como diz Vasconcellos (1998), o PPP orienta a identidade e as atividades da instituição educacional. A falta formal do tema no PPP enfraquece a

institucionalização da educação para o trânsito, tornando-a refém de ações individuais, ao invés de uma política pedagógica orgânica e constante dentro de uma pedagogia social

A elaboração de um plano pedagógico para a educação de trânsito contempla atividades que promovem a reflexão, conscientização e a segurança no trânsito, abordando tanto a mobilidade quanto a convivência social no contexto urbano. Além disso, as escolas Dermeval Saviani e Maria Montessori destacam a ausência de um plano pedagógico sobre o tema. Com base nesse pressuposto, a coordenadora Jasmim da Escola de Maria Montessori concorda com a importância de um planejamento pedagógico, enquanto a Escola de Paulo Freire enfatiza a significativa autonomia dos docentes, levando a um planejamento que se origina deles. Esta questão aponta um desafio para garantir a evolução e a continuidade pedagógica ao longo dos anos, impactando a efetividade do aprendizado a longo prazo (Silva, 2023).

O aprender é um dos desafios da área educacional em relação aos professores e alunos. No campo da docência a formação continuada é a possibilidade de refletir sobre temas que silenciados no cotidiano de muitas instituições escolares, e a questão da educação para o trânsito é um desses. A formação continuada é um desafio e uma necessidade em meio ao rápido desenvolvimento da sociedade em relação às novas tecnologias, mudanças curriculares, valores sociais, profissões, mercado de trabalho, dentre outras questões, é a possibilidade de ampliar o nível de conhecimento para o desenvolvimento de um trabalho com mais eficiência e qualidade e reflexão crítica sobre suas práticas em sala de aula, autonomia, autoconfiança, capacidade de lidar melhor com desafios propostos em várias situações, além de uma ascensão na carreira profissional. Nesta perspectiva, o tratamento da educação para o trânsito nos cursos de formação continuada não é uma preocupação do município, como mostra os depoimentos das coordenadoras no Quadro 4.

Quadro 4 – De que forma os professores são orientados ou formados para tratar do tema em sala de aula?

Formação de Professores
Escola Paulo Freire: Menciona que a formação é por conta de cada um, mas que o estudo diário, os planejamentos na forma integral e a formação continuada que o município oferece trazem orientações.
Escola Dermeval Saviani: Não há formação específica voltada para a temática do trânsito para os professores.
Escola Maria Montessori: Não há nenhuma orientação, nenhuma formação específica voltada para o trânsito, configurando uma carência.
Escola Anísio Teixeira: Não abordou a formação de professores diretamente, mas a ausência de ações grandes e a falta de foco no tema sugerem que a formação específica para o trânsito provavelmente não é uma prioridade.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A formação continuada tem como finalidade promover crescimento pessoal e social de cada educador, dentro de uma perspectiva de educação ao longo da vida. Ademais, esse aprimoramento exerce um efeito positivo no sistema de ensino, uma vez que contribui para obtenção de conhecimento e aprendizagem de qualidade na educação oferecida aos alunos.

Isso justifica as preocupações acerca da formação contínua dos educadores. Conforme argumenta Formosinho (1991), a formação continua de professores tanto deve corroborar com a educação em sala de aula, como também em sua formação social. Dessa forma, essa educação tem uma visão panorâmica de efeito permanente. Porém essa formação terá um efeito benéfico no sistema escolar se for transformada e compartilhada de forma que aumente a qualidade da educação ofertada às crianças. É este efeito definitivo que justifica as recentes preocupações dos países ocidentais com a formação contínua de professores.

Segundo Gatti (2008) a formação continuada nos últimos anos do século passado apareceu nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, em especial nos países desenvolvidos, motivados como requisito para o trabalho em uma ideia de formação constantes, movida pelas mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias. “Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais. Incorporou-se essa necessidade também aos setores profissionais da educação [...]” (Gatti, 2008, p. 2). Nessa direção, a formação continuada é uma necessidade e, no caso deste estudo, os encontros formativos são formas de aguçar questões atuais que ainda estão distantes do currículo escolar, dentre eles a educação para o trânsito. Na compreensão de Teixeira e Amorim (2023), seja ela inicial ou continuada, a formação de professores exige coerência com os aspectos culturais, as transformações e os avanços sociais, tecnológicos, a práxis educativa, acompanhando as inovações advindas da mundialização em função do acesso à informação através da internet, por exemplo.

A formação continuada foi uma questão abordada neste estudo e, nos relatos das coordenadoras entrevistadas da rede municipal de ensino em Guanambi, observamos que a formação continuada proporcionada pela rede abrange diversas áreas temáticas, um fator positivo, exceto a educação para o trânsito, que não é mencionada. Isso requer a sensibilidade da equipe pedagógica para perceber as questões deste tempo, e os temas da transversalidade ausentes no currículo. A complexidade desses temas requer estudos e métodos pedagógicos específicos com um ensino sistemático dos conteúdos a serem ministrados. Isso compromete o compartilhamento

de orientação e ensino a respeito do tema trânsito, daí o interesse em saber se há planejamento específico para abordar a educação para o trânsito.

Quadro 5 – Existe algum planejamento sistematizado para trabalhar o tema trânsito ao longo do ano letivo?

Planejamento para trabalho com o tema trânsito
Escola Paulo Freire: Afirma que os planejamentos são “sistemáticos”, e os professores “vão apresentando as alternativas propostas para o desenvolvimento do assunto”.
Escola Dermeval Saviani: Não existe planejamento sistematizado, pois o trabalho vem “muito dos campos de experiência” da Educação Infantil.
Escola Maria Montessori: Não há planejamento sistematizado, mas a entrevistada reconhece a necessidade, especialmente pela realidade do distrito.
Escola Anísio Teixeira: Não abordou diretamente o planejamento sistematizado, mas suas respostas gerais sobre a falta de ações e projetos grandes sugerem a ausência de tal planejamento.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

As entrevistas revelaram panoramas divergentes no que tange ao planejamento da educação para o trânsito. Enquanto a Escola de Paulo Freire manifesta um grau de organização, com um planejamento “sistemático” e a proposição de alternativas pelos professores, as demais instituições demonstram lacunas importantes nesse fundamental aspecto pedagógico.

A Escola Municipal Dermeval Saviani revela uma abordagem mais espontânea e vinculada aos campos de experiências da Educação Infantil, demonstra a ausência de um planejamento estruturado. Tal prática contraria a visão de Fusari (1990), que preconiza o planejamento como um processo contínuo de reflexão, que articula de forma intencional as ações e situações do cotidiano pedagógico. Embora aconteça os encontros de planejamento, a ausência dos possíveis temas transversais no PPP, em certo ponto, dificulta sua sistematização e fragiliza a intencionalidade formativa.

A Escola Municipal Maria Montessori, embora reconheça a ausência de um planejamento organizado, demonstra consciência sobre a necessidade de construí-lo. Esse posicionamento dialoga com a perspectiva de Libâneo (1991), que, ao discutir os fundamentos do trabalho docente, sublinha que o planejamento pedagógico deve estar ancorado nas condições concretas de cada situação didática e ser sensível à realidade sociocultural dos alunos. Essa contextualização é de suma importância para que as ações educativas sejam relevantes e eficazes, especialmente para esse tema que é intrinsecamente ligado ao cotidiano dos alunos, principalmente daqueles que utilizam o transporte escolar.

A Escola Municipal Anísio Teixeira não possui projeto ou ações planejadas voltadas para a educação para o trânsito, e demonstrou dificuldades na realização do seu planejamento. Essa realidade pode ser compreendida sob a ótica de Delors (1999), que aborda a educação para o século XXI e destaca que a falta de planejamento compromete o desenvolvimento de competências essenciais à formação cidadã, como o “aprender a viver juntos” e a construção de atitudes responsáveis no ambiente social, e aqui se inclui o trânsito.

Adicionalmente, o estudo de Peixoto e Araújo (2012) enfatiza que o planejamento pedagógico funciona como um instrumento balizador e sistematizador do processo de ensino-aprendizagem, interligando objetivos, conteúdos, metodologias e estratégias de avaliação. A dificuldade desse planejamento nas escolas analisadas sinaliza um desafio para um planejamento flexível, contextualizado e direcionado à formação integral dos estudantes.

Os relatos também evidenciam que a prática educativa sobre o trânsito, quando existente, manifesta-se de modo pontual e desarticulado. Isso se contrapõe às premissas defendidas por Anastasiou (1998) e Vasconcellos (1994). Para esses autores, o planejamento deve fomentar a significação, a problematização e o pensamento crítico, garantindo o envolvimento e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento e da consciência sobre o trânsito.

Anastasiou (2005) ainda defende que o professor tenha estratégias, ou seja, que, de forma criativa, explore as condições favoráveis da realidade para apreensão de conteúdos sustentados em valores e especificidades dos conteúdos em que estão imersos. Os conteúdos são tratados pela autora como grandes campos do conhecimento relacionados à vida social que refletem na construção de forças e redes de significados. Por meio dos conteúdos acontece a inserção de tecnologias que podem levar a transformações ou manutenções da realidade social. Por meio do processo de ensino ocorre uma triangulação entre as aulas, as estratégias e a imersão dos estudantes na realidade dos conteúdos. Nesse sentido, o Trânsito é uma realidade vivenciada cotidianamente no registro dos acidentes pelos meios de comunicação e na própria vivência na condição de motorista, passageiro ou pedestre.

A ausência de um trabalho sistematizado e contextualizado de educação para o trânsito nas escolas analisadas automaticamente excluiu a questão sobre a avaliação do trabalho sobre o trânsito na escola. A carência de iniciativas voltadas ao tema do trânsito impediu uma discussão sobre a avaliação da aprendizagem, o que ressalta a relevância de sua inclusão nos planejamentos pedagógicos. Conforme Vasconcellos (2000), o planejamento deve ser entendido como um

processo contínuo que abrange a definição de objetivos, ações e métodos de acompanhamento e avaliação que sejam compatíveis com os princípios educativos adotados.

A BNCC (Brasil, 2018) também destaca a importância de integrar a educação para o trânsito enquanto tema contemporâneo e transversal ao currículo, acompanhado de práticas avaliativas robustas, que possam promover a cidadania e o respeito à vida. Nesse contexto, Villas Boas (2008) sublinha que a avaliação deve ser vista como uma oportunidade pedagógica, orientada para o desenvolvimento integral do aluno, em vez de ser apenas um método de verificação de conteúdo. Portanto, é fundamental que as escolas adotem ações estruturadas de educação para o trânsito, acompanhadas de processos avaliativos intencionais que possibilitem avanços efetivos na formação cidadã dos alunos. Essa inserção é uma necessidade, no entanto, as escolas enfrentam desafios para essa implementação, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6 – Quais os principais desafios enfrentados para implementar ou manter ações educativas sobre o trânsito na escola?

Principais Desafios Enfrentados
Escola de Paulo Freire: “Desafio do dia a dia, que é as crianças, o tráfego em que elas vêm, que elas se dirigem à escola, à observação. Então a gente traz muito para a vivência do dia a dia na sala”.
Escola de Dermeval Saviani: Não aborda a temática, o que por si só é um desafio (a percepção de que o tema não se aplica à realidade do campo).
Escola de Maria Montessori: A falta de planejamento sistematizado e de formação de professores são desafios. O número alarmante de acidentes no distrito, com estudantes sem habilitação e pessoas sem capacete, evidencia uma necessidade urgente e um desafio real para a conscientização.
Escola de Anísio Teixeira: A sobrecarga de “muitos temas transversais” impede o desenvolvimento de projetos grandes e ações aprofundadas. A falta de cobrança específica da secretaria também é um fator.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Os desafios não deixam de estar sempre conectados e são diversos, e a importância do tema para a realidade local é evidente. Duas instituições mencionaram a ausência de prioridade de um projeto específico da instituição para trabalhar a educação para o trânsito, além da falta de inserção do tema no Projeto Político Pedagógico (PPP), o que dificulta a organização sistemática do conteúdo. Ademais, a carência de formação continuada para os professores, somada à pressão por abordar outros temas emergentes, contribui para a não inclusão efetiva da educação para o trânsito no currículo escolar.

Essa realidade, no entanto, contraria o que preveem documentos legais e orientadores da educação brasileira. A BNCC (Brasil, 2018) destaca a educação para o trânsito como um dos temas contemporâneos transversais a serem desenvolvidos de forma articulada às áreas do conhecimento,

enquanto o Código de Trânsito Brasileiro (Brasil, 1997), em seu Artigo 76, estabelece a obrigatoriedade da inserção desse conteúdo desde a educação básica. Nesse sentido, Libâneo (2006) defende que o currículo escolar deve considerar os problemas reais vivenciados pela comunidade e contribuir para a formação cidadã, reforçando que o ensino deve estar vinculado às necessidades sociais do entorno.

Quadro 7 – Que sugestões você daria para fortalecer a educação para o trânsito no contexto escolar?

Sugestões para Fortalecer a Educação para o Trânsito
Inclusão explícita e detalhada da temática no PPP.
Desenvolvimento de um planejamento sistemático e progressivo ao longo do ano letivo.
Oferta de formação continuada e específica para os professores.
Estímulo a parcerias com instituições externas (DETRAN, Superintendência de Trânsito) para ações mais efetivas e abrangentes.
Conscientização da comunidade escolar e das famílias.
Utilização de situações do dia a dia e da realidade local como ponto de partida para as discussões.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

As percepções das coordenadoras revelaram que, apesar do reconhecimento da importância da educação no trânsito por parte das escolas, sua implementação ainda está repleta de desafios, como a falta de um planejamento coerente, a não inserção do tema nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e a insuficiência de capacitação contínua para os educadores. Essas lacunas vão de encontro às diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que impõem a responsabilidade de inserir a educação para o trânsito em todas as fases da educação básica e preconiza a colaboração entre as instituições de ensino e os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

Nesse cenário, a experiência da Escola Municipal Paulo Freire, ao levar em conta as particularidades da comunidade local e os obstáculos que cercam a escola, aponta para uma forma viável de tornar a educação mais relevante. A participação da comunidade, a promoção de parcerias com organizações como o DETRAN e a Superintendência de Trânsito, bem como o fortalecimento da formação dos professores, são medidas cruciais para assegurar uma abordagem mais eficaz e que esteja em conformidade com a legislação atual. Dessa maneira, enfatiza-se a importância de integrar a educação para o trânsito de maneira abrangente, planejada e contextualizada, refletindo o compromisso da escola com a formação de cidadãos conscientes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi a avaliação das possibilidades e desafios da educação para o trânsito nas escolas municipais de Guanambi-BA, considerando as exigências legais e as orientações curriculares nacionais. Os dados obtidos indicam que, apesar do reconhecimento da relevância do tema pelas instituições de ensino, sua aplicação ainda se realiza de maneira fragmentada e precária, algo destacado muitas vezes pelas coordenadoras nas entrevistas, as quais deixaram um apelo às autoridades na área da educação para se buscar parcerias no intuito de desenvolver esse trabalho que é essencial no dia a dia da sociedade.

A Escola Municipal Paulo Freire se destacou ao adotar práticas que buscaram de forma contínua integrar o assunto trânsito a uma seção diversificada do currículo e na realização de passeios externos que promovem experiências e reflexões sobre trânsito. Essa iniciativa comprova a viabilidade de uma abordagem integrada, conforme estipulado nos Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Curricular Comum. Por outro lado, instituições como a Escola Dermeval Saviani, a Maria Montessori e a Anísio Teixeira apresentam dificuldades, incluindo a falta de um planejamento, ausência de ações permanentes e as limitações na formação de professores com relação ao desenvolvimento de um trabalho voltado à educação para o trânsito.

Outro aspecto crítico diz respeito à inclusão da educação para o trânsito nos Projetos Político Pedagógicos (PPP). A pesquisa revelou que, em várias escolas, o tema é abordado de maneira implícita ou não consta nos documentos que orientam a prática pedagógica, o que prejudica a intenção e a continuidade das iniciativas. Essa falta, somada à escassez de formação continuada específica para os educadores, se configura como um obstáculo para a criação de práticas pedagógicas efetivas, em conformidade com a legislação vigente — especialmente em relação ao Artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro, que estabelece a obrigatoriedade da educação para o trânsito em todos os níveis de ensino.

Assim, podemos afirmar que é essencial implementar políticas educacionais que incentivem a institucionalização da educação para o trânsito nas escolas. Portanto, recomendamos: a inclusão clara do tema no PPP; o desenvolvimento de um planejamento pedagógico sistemático e progressivo; a oferta na formação continuada para os educadores; e o fortalecimento de parcerias com órgãos especializados, como o DETRAN, CIRETRAN e a Superintendência Municipal de Trânsito. Essas ações são fundamentais para garantir uma metodologia eficaz, contínua e formativa,

capaz de contribuir positivamente e proporcionar uma cultura de paz e segurança no trânsito desde os primeiros anos da educação básica.

Seguindo as orientações do Artigo 76 do CTB, as universidades também precisam estabelecer parcerias com esses órgãos de trânsito, com objetivo de orientar seus estudantes para um trânsito mais consciente e seguro, e vamos além, a sugestão é que a disciplina Educação para o Trânsito seja implantada no currículo dos cursos de Pedagogia, para que, assim, esses novos educadores tenham mais condições de trabalhar o tema em sala de aula desde a Educação Infantil, perpassando as demais etapas da educação básica.

A educação para o trânsito como um componente curricular é de extrema importância na formação cidadã e demanda um comprometimento político, pedagógico e institucional. Ao enfrentar os desafios identificados neste estudo, o município de Guanambi poderá progredir na criação de uma educação que não atenda só algumas demandas pontuais. A inserção da educação para o trânsito como um tema transversal contribui para formar indivíduos conscientes e críticos, com empatia e autocontrole, contribuindo para uma mobilidade mais segura, preservando, assim, o bem mais precioso, a vida.

Este estudo tem suas limitações, mas é um início de conversa para ampliarmos os estudos sobre um tema atual e que requer formação no espaço formal e não-formal, mas demanda compromisso das instâncias públicas educacionais na proposição do tema nos Planos Municipais de Educação e seus Projetos Políticos Pedagógicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elaine Garcia de. **Educação para o trânsito no Ensino Fundamental: dimensões metodológicas e formativas no planejamento, na execução e na avaliação de sequências didáticas.** 2019. 64f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho – UNESP, Bauru, SP, 2019.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica.** Curitiba: IBPEX, 1998.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Profissionalização continuada do docente da educação superior: desafios e possibilidades. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, PR, v. 8, n. 1, p. 9-22, 2005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1424>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BARBOSA, Rafaela Elaine. **Jogando para transitar seguro: uma experiência de educação para o trânsito.** 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

BIAGGIO, Ângela Maria Brasil; KOHLBERG, Lawrence. **Ética e Educação Moral.** São Paulo: Moderna, 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República [1988].

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Presidência da República [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Presidência da República [1997]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Secretaria Nacional de Trânsito. Departamento de Gestão de Política de Trânsito. Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão e Controle. **Manual de Diretrizes da Câmara Temática de Gestão e Coordenação do PNATRANS (CTPNAT).** Brasília: Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão e Controle, 2023.

CAIRES, Fernanda Medeiros. **Biblioteca na educação: práticas colaborativas e apropriação cultural**. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

CELLARD, André. A Análise Documental. *In*: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIARATO, Dolores Cadilhe de Almeida. **O parque temático do trânsito e a criação de estratégias para a construção do conhecimento**. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERRAZ, Antonio Clóvis Pinto “Coca”; RAIA JR., Archimedes; BEZERRA, Barbara; BASTOS, Tiago; RODRIGUES, Karla. **Segurança viária**. São Carlos, SP: Suprema Gráfica e Editora, 2012.

FILIPOUSKI, Ana Marisa R. (Org). **Trânsito e Educação: itinerários pedagógicos**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FORMOSINHO, João. **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

FUSARI, José Cerchi. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. **Revista Ideias**, São Paulo, n. 8, p. 44-58, 1990. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir_a.php?t=014. Acesso em: 20 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Droit à l’éducation: solution à tous les problèmes sans solution? Institut International des droits de l’enfant, Sion, 2005.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 jul. 2025.

GAMA, Ana Glória Rogério de Carvalho. **Projetos de letramento: um estudo das práticas de escrita na educação para o trânsito**. 2020. 169f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2020.

GOMES, Cândido Alberto. **A educação em novas perspectivas sociológicas**. 4. Ed. Curitiba, PR: E.P.U. - Editora Pedagógica e Universitária, 2012.

GUANAMBI. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Centro de

Treinamento Pedagógico. **Base Municipal Curricular de Guanambi para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Modalidades de Ensino**. Departamento de Ensino e Apoio Pedagógico. Guanambi: Secretaria Municipal de Educação, 2020.

GUANAMBI, **Superintendência Municipal de Trânsito Guanambi-Ba**, 2024.

IBGE. **Guanambi**: dados e informações. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/guanambi.html>. Acesso em: 16 mai. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Fundamentos teóricos e práticos do trabalho docente**: estudo introdutório sobre pedagogia e didática. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15. Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. Ed. Goiânia: Alternativa, 2010.

LIMA, Roberta Torres. **A educação para o trânsito como tema transversal**: fundamentação pedagógica, ideológica e legal. 2016. 110f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

LIMA, Roberta Torres; VOLPE, Fernando Madalena. Metodologia de avaliação de materiais didáticos relacionados ao tema trânsito no ensino fundamental. **Revista Mineira de Matemática e Educação Matemática**, Belo Horizonte, v. 26, Supl. 6, p. 223-228, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, João Pedro. **A Educação de Trânsito**: campanhas educativas nas escolas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

PINTO, Cristiane da Silva Pinto; CUNHA, Marion Machado. Educação para o trânsito: a violência no trânsito trabalhada no contexto escolar. **Revista Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 63 - 71, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9388>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PEIXOTO, Ana Lydia Vasco de Albuquerque; ARAÚJO, Maria da Saúde Gomes de. Planejamento pedagógico: aspectos relevantes à prática docente. **Revista Científica do IFAL**,

Maceió, v. 3, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ifal.edu.br/educte/article/view/71>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RIBEIRO, Geraldo. Conflitos no trânsito fazem cada vez mais vítimas; especialistas apontam medidas para reduzir a agressividade. RJ: **O Globo**, 13 de julho de 2024. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/07/13/conflitos-no-transito-fazem-cada-vez-mais-vitimas-especialistas-apontam-medidas-para-reduzir-a-agressividade.ghtml>. Acesso em: 27 mai. de 2025.

SACRAMENTO, Eloiza. **Contribuições educativas para o trânsito em eventos nacionais no triênio 2020 a 2022**. 2023. 199f. Tese (Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional, Curitiba, PR, 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SCHNEIDER, Elmir Jorge. **As contribuições da educação para a segurança no trânsito: um olhar na perspectiva humano-cidadã**. 2020. 167f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, SC, 2020.

SIMONELLI, Luiza Marilda Pacheco Castagno. **A necessidade de inserção da educação para o trânsito na educação básica: o desafio intermodal como um estudo de caso**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Eliana Ramos. Desafios do século XXI: integração da educação para o trânsito no currículo escolar. **Mimeses**, Bauru, v. 44, n. 1, p. 41-57, 2023. Disponível em:
<https://revistas.unisagrado.edu.br/index.php/mimesis/article/view/618>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, Maksuel Luz Nunes da. **Educação para o trânsito: uma parceria em prol da vida**. 2017. Monografia (Especialista em Segurança Viária Urbana) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1991.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. **X. Ed.** São Paulo: Libertad, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo, Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. 5. Ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 12. Ed. São Paulo: Libertad, 2004.


VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 29 Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares**: políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. São Paulo: Campinas: Papirus, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO COM COORDENADORES PEDAGÓGICOS

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p><small>Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95</small></p> <p>DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XII - GUANAMBI COLEGIADO DE PEDAGOGIA</p>	
---	--

Discentes: Ismaia Santos Barros Juscilene

Brito Cardoso

Orientador: : Prof^o. Dr. José Aparecido Alves Pereira

Questionário – Entrevista com Coordenadores Pedagógicos

Tema: Avaliação das possibilidades e desafios da educação para o trânsito na escola.

DADOS DA ENTREVISTADO (A) (confidenciais e para fins de pesquisa):

Sexo: Feminino Masculino Outro

Idade: Até 25 anos Até 30 anos Até 35 anos Até 40 anos Acima de 40 anos

Religião: _____

Estado civil: _____

Formação: _____

Instituição onde se formou: _____

Tempo de atuação na escola: _____

Tempo de residência no município: _____

Possui carteira de habilitação? Sim Não

Trabalha apenas neste município? Sim Não

DADOS INSTITUCIONAIS:

Escola: _____

Distrito (se aplicável): _____

QUESTÕES PRINCIPAIS:

1. A escola desenvolve ações educativas voltadas à educação para o trânsito? Quais?

2. Como a temática do trânsito aparece no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?

3. Existe algum planejamento sistematizado para trabalhar o tema trânsito ao longo do ano letivo?

4. De que forma os professores são orientados ou formados para tratar do tema em sala de aula?

5. Como é feita a avaliação das atividades voltadas à educação para o trânsito?

6. Quais os principais desafios enfrentados para implementar ou manter ações educativas sobre o trânsito na escola ?

7. Que sugestões você daria para fortalecer a educação para o trânsito no contexto escolar?

8. Quais exemplos de atividades nessa temática são sugeridos aos professores?

9. O que é levado em conta no momento de planejar a atividade de educação para o trânsito?

10. Com relação à família, é feita alguma atividade que os envolva?

11. É feita uma avaliação no intuito de verificar os resultados da aprendizagem desses trabalhos?

12. Além do trabalho da escola, existem outras ações de educação para o trânsito realizadas por instituições externas (como Detran, Secretaria de Trânsito etc.)? Quais?

13. Qual a sua percepção sobre a educação para o trânsito na escola?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CAMPUS XII
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^o 466/12 DO
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
Documento de Identidade n^o: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____/(____) _____/_____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: “AVALIAÇÃO DA REALIDADE E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI-BAHIA”**
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: José Aparecido Alves Pereira**
Cargo/Função: Docente da UNEB, Campus XII – Orientador

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “AVALIAÇÃO DA REALIDADE E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI-BAHIA”, de responsabilidade do pesquisador JOSÉ APARECIDO ALVES PEREIRA, docente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo Avaliar as distancias e aproximações das proposições do Art.76 do código de Trânsito Brasileiro na realidade das escolas municipais de Guanambi- Bahia.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios, tais como uma compreensão sobre o trabalho de Educação para o Trânsito nas escolas, de forma a reforçar ou ampliar essas ações nas escolas a partir dos dados deste estudo. Caso aceite o Senhor(a) será entrevistado e **esta entrevista será gravada em áudio** pelas alunas **ISMAIA SANTOS BARROS e JUSCILENE BRITO CARDOSO** do curso de graduação em **Pedagogia**. Devido a coleta de informações o(a) senhor(a) poderá **sentir algum constrangimento ou ter dúvidas nas respostas, e isso é perfeitamente compreensível**. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e portanto o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as

leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: JOSÉ APARECIDO ALVES PEREIRA

Endereço: .Avenida Vanessa Cardoso e Cardoso, s/n, bairro Ipanema, Guanambi-Bahia. **Telefone:** .(77)99102-5626, **E-mail:** jaapereira@uneb.br

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 01, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3612-1330, (71) 3312-1300, e-mail: cepuneb@uneb.br

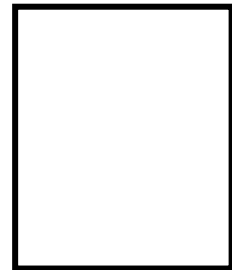
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **AVALIAÇÃO DA REALIDADE E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA REDE MUNICIPAL DE GUANAMBI-BAHIA**, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa



Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)